

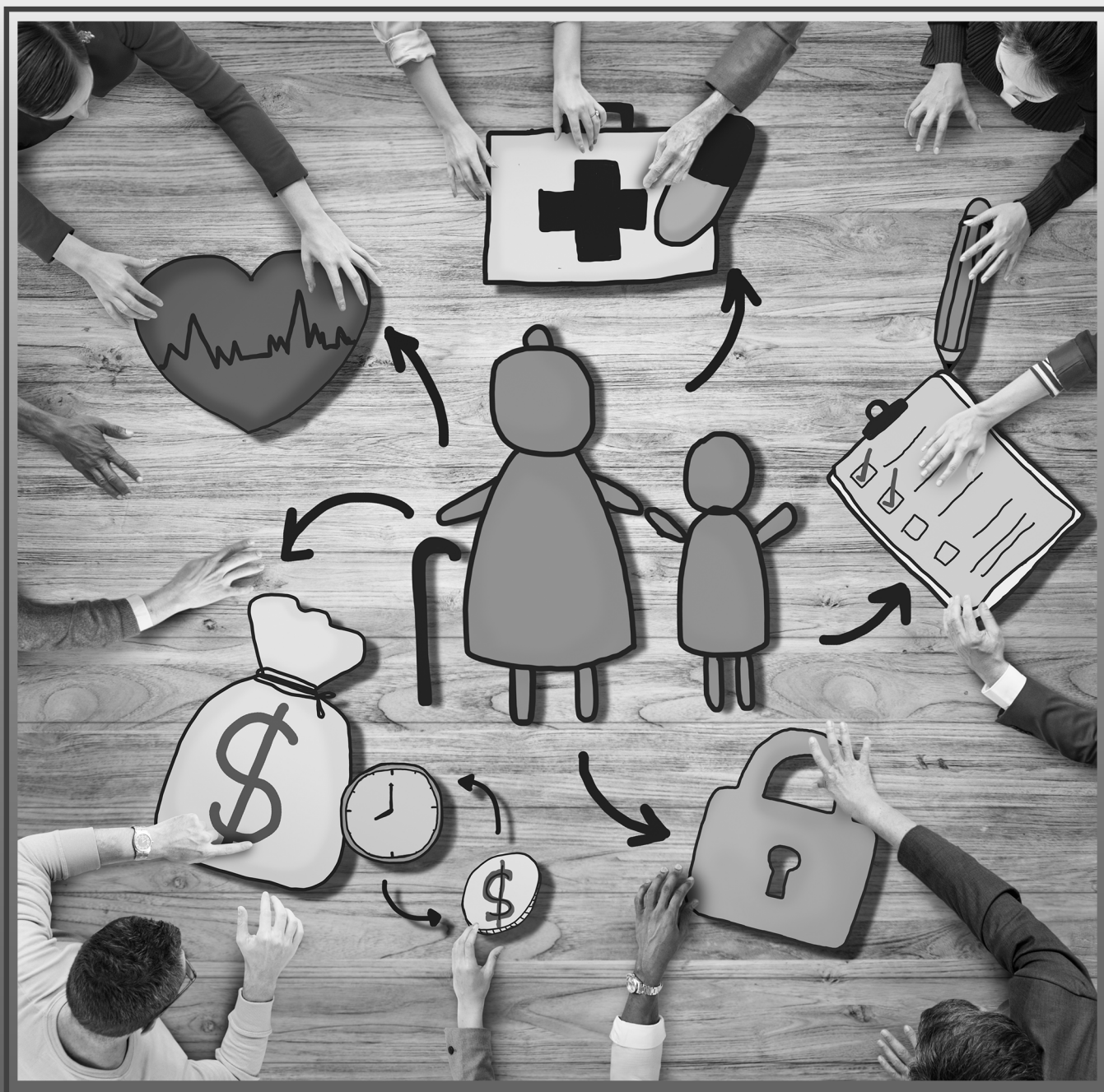


# Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora

Ano 2020



# Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora

Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

**Edição de Arte** Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Revisão** Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Processos de subjetivação no  
serviço social**  
**2**

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Thaislayne Nunes de Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P963 Processos de subjetivação no serviço social 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-232-6

DOI 10.22533/at.ed.326202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

  
**Ano 2020**



## APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E FUNDAMENTOS SÓCIOHISTÓRICOS	
Rodrigo de Souza Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3262029071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO AVANÇO DO CONSERVADORISMO	
Noêmia de Fátima Silva Lopes	
Clarice do Carmo Santos Souza	
Déborah Martins Soares	
Francine Rodrigues de Oliveira Rocha	
Sabrina Dias Fonseca Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3262029072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
POR UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Thiago Bazi Brandão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3262029073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA O SERVIÇO SOCIAL	
Pollyanna de Souza Carvalho	
Letícia Machado de Araujo	
Verônica Gonçalves Azeredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3262029074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CICLO AUTOCRÁTICO, TENDÊNCIA DE RENOVAÇÃO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	
Josicleide de Oliveira Freire	
Edjane Aragão Dias de Goes	
Jadna dos Santos Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3262029075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
A INFLUÊNCIA DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	
Cintia Maria da Silva	
Verônica Maria do Nascimento Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3262029076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>69</b>
AS CONTRIBUIÇÕES DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
Tatiana de Lima Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3262029077</b>	

<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>80</b>
O DIÁRIO DE CAMPO: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Valéria Debortoli de Carvalho Queiroz	
Maria Terezinha da Silva	
Leylla Magna dos Santos Residente	
Samantha Freitas Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3262029078</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>89</b>
FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) EM CUIABÁ/MATO GROSSO	
Cláudia Regina Paese	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3262029079</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>98</b>
PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA NO CONTEXTO PRIVADO	
Milene Lúcia Santos	
Andreia Agda Silva Honorato	
John dos Santos da Silva	
Maria Cristina Campos da Silva	
Maurício da Silva Santos	
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes	
Rosineide Alves de Amarin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32620290710</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>109</b>
O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS): UMA MEDIAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL	
Jodeylson Islony de Lima Tomascheski	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32620290711</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>118</b>
TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS	
Nívia Barreto dos Anjos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32620290712</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>130</b>
AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TRÊS RIOS: UMA ANÁLISE APROXIMATIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Sueli do Nascimento	
Julia Marinho Moreira da Silva	
Vanessa Miranda Soares	
Thais Carpinter de Souza	
Luzineth Corrêa da Silva Carvalho	
Caroline de Carvalho Pinto	
Vanilda de Oliveira Carvalho Pinto	
Patrícia Bonfante Soares Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32620290713</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>140</b>
A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA's)	
Jodeylson Islony de Lima Tomascheski	
Ana Cleide Ferreira de Souza	
Francisca Fabiana Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32620290714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>152</b>
O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS - GAP	
Gisleane Silva de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32620290715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>164</b>
O ACOLHIMENTO REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE ÓBITO NEONATAL	
Brenda Gonçalves de Sales Costa	
Conceição Rodrigues Teodózio	
Daiana de Melo Barros	
Elayne Cristina da Costa Ferreira	
Ana Beatriz Araújo Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32620290716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>171</b>
O MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA ENQUANTO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PCD'S DO ICESA/UFPA	
Ana Maria Pires Mendes	
Ana Paula Dias Martins	
Alexandre Fellipe A. dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32620290717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>179</b>
A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS REALIZADA ATRAVÉS DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - SAEST: O ACESSO DE ALUNOS Pcds EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS AUXÍLIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA-DIRECIONADOS E ESTE PÚBLICO	
Eracele do Carmo Conceição	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32620290718</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>191</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>192</b>

## A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS REALIZADA ATRAVÉS DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - SAEST: O ACESSO DE ALUNOS PCDS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS AUXÍLIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA-DIRECIONADOS E ESTE PÚBLICO

Data de aceite: 01/07/2020

**Eracele do Carmo Conceição**

Assistente Social

Técnico Administrativo-SAEST/UFPA – Belém,  
Pará

**RESUMO:** O objetivo do presente artigo é problematizar e entender de que forma está sendo realizada a operacionalização das Instruções Normativas direcionadas aos alunos PcDs da UFPA, desde o início de implantação dos auxílios até o ano de 2018. A trajetória histórica na perspectiva da garantia de direitos da Política Nacional da Assistência Estudantil - PNAEs. A partir de pesquisas Bibliográficas, Artigos, Internet, Sites da UFPA e outros. Também será analisado o trabalho articulado entre a Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAE e a Coordenadoria de Acessibilidade – CoAcess, quanto ao reconhecimento enquanto Direito Social e a Política Pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** PcD, Assistência Estudantil, Educação Superior.

THE OPERATIONALIZATION OF THE  
NORMATIVE INSTRUCTIONS CARRIED

OUT THROUGH THE SOCIAL ASSISTANTS  
OF THE STUDENT ASSISTANCE  
SUPERINTENDENCE - SAEST: THE ACCESS  
OF PWD STUDENTS IN A SITUATION OF  
SOCIOECONOMIC VULNERABILITY AND  
THE FEDERAL UNIVERSITY FEDERAL  
UNIVERSITY AID

**ABSTRACT:** The objective of this article is to discuss and understand how the operationalization of the Normative Instructions directed to UFPA PwD students, from the beginning of the implementation of the aid until 2018. The historical trajectory from the perspective of guaranteeing rights of the National Student Assistance Policy - PNAEs. From Bibliographic searches, Articles, Internet, UFPA Sites and others. It will also analyze the articulated work between the Student Assistance Coordination - CAE and the Accessibility Coordination - CoAcess, as the recognition as Social Law and Public Policy.

**KEYWORDS:** PcD, Student Assistance, Higher Education.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este Artigo tem o objetivo de realizar

estudos relacionados aos alunos Pessoas com Deficiências dos cursos de graduação da UFPa em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mais especificamente aqueles que solicitaram os auxílios financeiros da UFPa. Para isso é necessário o entendimento quanto a definição sobre deficiência. A Organização Mundial de Saúde (OMS) diz que “A definição de deficiência é complexa”.

A transição de uma perspectiva individual e médica para uma perspectiva estrutural e social foi descrita como a mudança de um “modelo médico” para um “modelo social”; A OMS também menciona que “A deficiência uma importante questão de desenvolvimento com cada vez mais evidências de que pessoas com deficiência experimentam piores resultados socioeconômicos e pobreza do que as pessoas não deficientes”.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoas com deficiência da seguinte maneira: “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

O Decreto Federal nº. 3.956 de 2001, conceitua a deficiência de maneira abrangente, o decreto sugere que a deficiência vem a ser: “Perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica temporária ou permanente, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social “.

Para a referida pesquisa foi adotada a definição sugerida pelo Decreto Federal nº 3.956/2001, o qual refere-se às pessoas que por alguma situação ou patologia sofrem ou foram acometidas de doenças que limitam a sua participação em igualdade de condições com as outras pessoas. No item 2 será trabalhado sobre a “Acessibilidade ao Ensino Superior de PcDs”; no 3 será discorrido sobre “O processo de Inclusão na Instituição de Ensino Superior-UFPa”; no 4 sobre “Mecanismos Utilizados para a Realização da Análise do Trabalho”; no 5 “A Metodologia” e no 6 “As Considerações Finais”

## **2 | ACESSIBILIDADE AO ENSINO SUPERIOR DE PCDS**

A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 6º trata dos direitos sociais dentre eles a Educação, os direitos elencados neste Artigo é direcionado a toda a população brasileira, entre as quais se incluem as que possuem algum tipo de deficiência, todos têm direito ao acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho, observando que essas áreas contribuem para a inserção social, desenvolvimento de uma vida saudável e de uma sociedade inclusiva. O tema acessibilidade é novo no Brasil e regulamentado por etapas desde a Constituição Federal de 1988 e com o Decreto Federal 5.296/2004.

A Lei da Acessibilidade foi criada para garantir direitos igualitários assim como possibilitar que as pessoas com deficiências mantenham uma qualidade de vida adequada,

possibilitando a elas acesso a todos os espaços. Esta lei dá diretrizes, dentre outras, orienta quanto as normas básicas e gerais para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiências, como a eliminação de obstáculos em todas as áreas, a própria Lei de cotas para acesso ao ensino superior é um mecanismo utilizado para a efetivação da inclusão desses discentes. O Estatuto da Pessoa com Deficiência no Artigo 27 diz que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015).

Entre vários dispositivos legais estão a Constituição Federal/88 em seu Artigo 205 o qual define a educação como um direito de todos, estabelece também a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394) definiu a educação especial e assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais; o Decreto nº 3.298/99 dispõe sobre a Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, a **Portaria nº 3.284/03**, dentre outros, dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência.

Em relação à acessibilidade a UFPA através da Resolução Vaga PcD/CONSEPE Nº 3.883/09 deu início a inclusão de alunos com deficiência na referida Universidade, apesar de a C.F/88 ditar regras para a inclusão desse público através das cotas no ensino superior, foi somente em 2016 através da Lei de Cotas 13.409/16 é que foi realmente oficializado a nível Nacional nas Universidades Públicas, através das cotas, o ingresso das PcD nos Institutos Federais - IFES, no ano anterior em 2015 já existia a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI- Nº 13.146) na qual o Artigo 27 aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; deve garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras.

No que se refere especificamente a acessibilidade na Universidade, existe no Artigo 24 do decreto 5.296/2004, especificações direcionadas a esse tipo de instituição, nele fica claro que os estabelecimentos educacionais devem proporcionar condições básicas de acesso, onde os alunos deficientes possam utilizar o mesmo espaço que os demais, sem com isso ser prejudicado ou excluído.

### **3 | O PROCESSO DE INCLUSÃO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

Sobre o assunto inclusão na UFPA e os objetivos da educação é preciso entender o que o sistema educacional propõe, já que as fundamentações são geralmente padronizadas

não levando em consideração as individualidades tanto dos alunos quanto dos demais membros da comunidade acadêmica.

Nessa perspectiva, inclusão, para Ferreira (2010), “é aquela que se fundamenta em uma filosofia onde a diversidade do ser humano é valorizada, é aquela que garante acesso e participação igualitária a todas as pessoas, independente de quais são suas características pessoais”. De acordo com Gonçalves (2017) a criação dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais é algo recente datam da primeira década do século XXI, com a demora para a regulamentação e institucionalização do sistema de ingressos de discentes PcD nas Instituições Federais, a UFPA criou a sua própria através da Resolução Vaga PcD/CONSEPE nº 3.883/2009.

A Lei da Acessibilidade foi criada com o objetivo de garantir direitos assim como possibilitar que as pessoas com necessidades especiais, tenham uma qualidade de vida adequada, possibilitando a elas acesso a todos os espaços. O Decreto nº 7.611 de 2011 define que a “União deve prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista-TEA e Altas Habilidades ou Superdotação.

Para que o processo de inserção seja considerado positivo é preciso levar em conta que o ambiente deve atender as necessidades básicas deste aluno, ou seja, deve haver a eliminação de barreiras, o acesso livre a todos os lugares, assim como apoio social, psicopedagógico e educacional de qualidade. É preciso compreender e deixar claro que o sucesso da inclusão, seja na Universidade ou na sociedade, depende basicamente da mudança de pensamento dos indivíduos, para Strieder (2010), o princípio fundamental da educação inclusiva é exatamente esse, valorizar as diferenças e abandonar o conceito de que para ser importante e fazer a diferença no mundo é preciso enquadrar-se nos padrões da normalidade ditados pela sociedade.

#### **4 | MECANISMOS UTILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DA ANÁLISE DO TRABALHO**

A regulamentação da política de educação ocorreu pela Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu as diretrizes para os diferentes níveis de educação e também explicitou aspectos relacionados à assistência aos discentes na área da educação. O Artigo 43. diz que, dentre outras, a educação superior tem por finalidade:

1-estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; 2.formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; 3.incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e



do meio em que vive; 4.promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação[...]. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL-LDB,1996).

Em 2010 com a edição do Decreto nº 7.234 de 19 de julho, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAEs foi ordenado programa público gerador de direitos de cidadania. As ações relativas à afirmação de direitos na área da Educação estão respaldadas, dentre outras, na LDB de 1971, segundo a qual cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente serviços de assistência educacional.

De modo geral o programa de assistência estudantil dita como regra para a participação do discente nos programas da assistência Estudantil a renda familiar bruta de até três salários e renda *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Alguns fatores, dentre eles a carência socioeconômica tem impactado diretamente na continuidade dos estudos, Vargas (2008) diz que “as desigualdades de acesso aos capitais econômico, social e cultural geram necessidades específicas para os estudantes e influenciam as possibilidades de conclusão dos estudos”. Vasconcelos (2010) analisa que “A assistência estudantil possibilita os recursos para a superação dos obstáculos para o bom desempenho acadêmico, o que permite que o estudante desenvolva sua graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando situações de abandono e trancamento de matrícula”.

A política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma, pela terceirização dos serviços, pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros (ANGELIM, p. 2, 2010).

A Assistência Estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação, a proposta do PNAEs é articular diferentes áreas de diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo, tendo como público-alvo da assistência estudantil os elencados no Artigo 4º, com a seguinte redação: “As ações do PNAEs atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios socioeconômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio”.

O PNAEs na assistência estudantil na UFPA é operacionalizado através dos(as) trabalhadores(as) da Superintendência de Assistência Estudantil - SAEst. A SAEst é composta dos seguintes órgãos: uma Secretaria Executiva, três Coordenadorias e uma Diretoria; Secretaria Executiva (SEC); Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE); Coordenadoria de Integração Estudantil (CIE); Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS) e Diretoria de Serviços de Alimentação Estudantil (DSAE).

A principal competência da SAEST é propor, acompanhar e avaliar a política interna de Assistência Estudantil, conforme preceitua o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7234/2010. Esse decreto tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, bem como as demais normas que tratam sobre o assunto, que também enfatizam os aspectos como: permanência, acessibilidade, integração e inclusão de discentes da UFPA em vulnerabilidade socioeconômica (RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL, 2017).

Ressaltamos a atuação do Técnico Administrativo - Assistente Social na Assistência Estudantil a qual se caracteriza pela necessidade em atender as demandas dos alunos que apresentam necessidades de cunho social, referentes à moradia, alimentação, transporte, material didático, os quais são estudantes universitários das UFs. O trabalho direcionado aos alunos PcD é realizado articuladamente com os setores internos e externos a UFPA. Nos setores internos a Coordenadoria de Assistência Estudantil - CAE em articulação com a Coordenadoria de Acessibilidade - CoAcess realizam os atendimentos direcionados e referentes às PcDs receberão atendimentos oriundos de suas necessidades relacionadas ao curso de graduação.

Para a realização dos atendimentos referentes aos auxílios financeiros diretos as PcDs, são utilizados quatro tipos: um é o “Programa de Bolsas de Atividades Acadêmicas voltado para a acessibilidade” o qual é gerido e operacionalizado pela CoAcess, visa atender estudantes da graduação, dentre outras, em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas.

Os outros três são operacionalizados pela CAE através de duas Instruções Normativas/SAEst/UFPA N° 03 e N° 04, de 17 de janeiro de 2018, no primeiro semestre de cada ano são difundidas novas instruções, assim como os Editais, as quais terão vigência por um ano. A instrução no 03 trata dos requisitos de admissibilidade de discentes para o recebimento dos auxílios PcD Especial (Permanência e Moradia), os quais não necessitam de realização de qualquer tipo de atividade acadêmica, os requisitos são que o discente seja PcD, esteja dentro dos parâmetros de situação e vulnerabilidade socioeconômica determinada pelo PNAES e/ou pela UFPA através da Instrução Normativa, que obtenha o Coeficiente de Rendimento Acadêmico do último semestre cursado de no mínimo 5,0 (análise Pedagógica para quem já está recebendo os auxílios).

O auxílio financeiro mensal poderá ser utilizado para aquisições de material didático, transporte, alimentação e outras necessidades relacionadas com a graduação; o Moradia é destinado a discentes que além dos requisitos mencionados acima, em virtude da aprovação e realização do curso de graduação necessite residir fora de sua cidade de origem, que não tenha parentes na cidade onde irá realizar o curso, nem resida na Região Metropolitana de Belém.

A Instrução N° 04 se refere ao Auxílio Kit PcD destinado a aquisição de Tecnologias Assistivas, o discente será submetido ao mesmo processo de solicitação do auxílio anterior,

o diferencial é que além de toda a documentação elencada na Instrução Normativa Nº 03 ele terá que anexar o Plano de Aplicação e Proposta Orçamentária, porém neste tipo ele também será avaliado pela equipe da CoAcess de acordo com as suas necessidades tecnológicas, as quais irão auxiliá-lo no desempenho de suas atividades acadêmicas.

A Tecnologia Assistiva tem como áreas de aplicação: adaptações para atividades da vida diária; sistemas de comunicação alternativa; dispositivos para utilização de computadores;; unidades de controle ambiental; adaptações estruturais em ambientes domésticos; profissionais ou público; adequação da postura sentada; adaptações para déficits visuais e auditivos; equipamentos para mobilidade, adaptações em veículos e o uso de órteses e próteses (ROCHA; CASTIGLIONI, 2005, apud. GONÇALVES,2017,p.51).

Com a finalidade de garantir ao discente PcD a sua realização, permanência e conclusão do curso de graduação, o discente receberá toda a atenção e orientação em relação a aquisição das tecnologias assistivas e outras necessidades, pela equipe multiprofissional da CAE e CoaCess, as quais serão utilizadas pelo discente para um melhor desempenho na realização das atividades do curso de graduação, incluindo nesse contexto a sua mobilidade.

A partir do Gráfico 1, pode-se observar que ao longo do período estudado, o número de vagas ofertadas pela UFPA para os discentes PcD cresceu. Iniciando com a oferta de 145 vagas em 2011 e chegando a 1.091 vagas em 2018, o que demonstra o esforço da UFPA para a garantia de acesso a esses discentes. Com o aumento de vagas ofertadas conseqüentemente o número de ingressantes também aumentou, iniciando com 45 em 2011 e chegando a 334 discentes aprovados no ano de 2018.

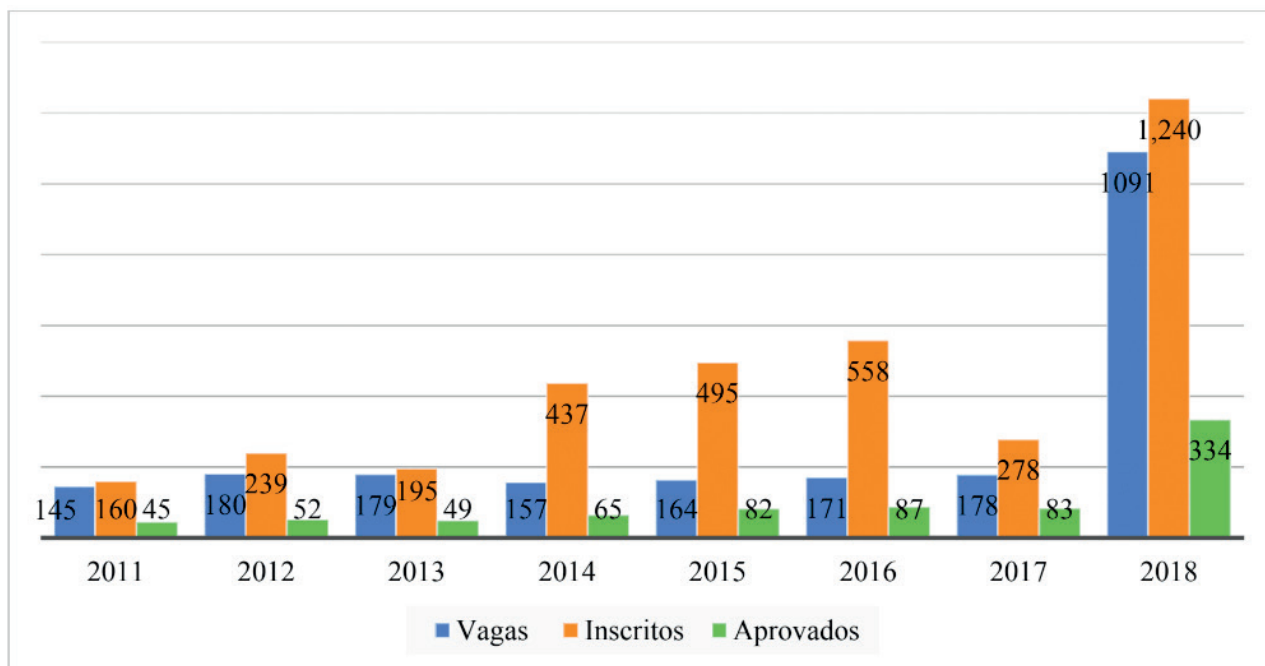


Gráfico 1: Número de discentes PcD ingressantes na UFPA no período de 2011 a 2018.

Fonte: CEPS-UFPA, 2018

Os Gráficos 2 e 3, a seguir, demonstram o percentual de discentes que solicitaram e foram atendidos com os dois auxílios citados. No que se refere ao Auxílio PcD, 79% dos discentes que solicitaram foram atendidos, no Kit PcD esse percentual de atendimento é menor (57%) de discentes. Ressalto que o motivo pelo qual exista essa diferença na concessão dos auxílios seja porque eles precisam (para o Kit PcD), além de fazer a anexação dos documentos, realizar cotação de três preços dos materiais a serem adquiridos e anexar o documento o qual é denominado de “Plano de Aplicação e Proposta Orçamentária, em algumas vezes o discente não conclui a anexação de todos os documentos solicitados, algumas vezes encontram-se com renda familiar bruta acima (raramente) do permitido para a participação no processo. Outra situação é que o discente quando entra na Universidade solicita de imediato o auxílio PcD, pois o Kit PcD poderá ser solicitado durante todo o período de sua Graduação, sendo concedido uma única vez.

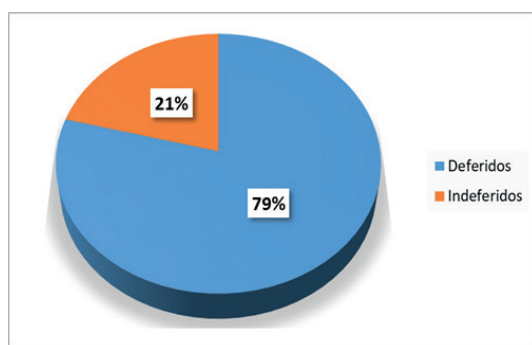


Gráfico 2: Percentual de Discentes deferidos e indeferidos para o Auxílio PcD.  
Fonte: SIGAEST/UFPA, 2018.

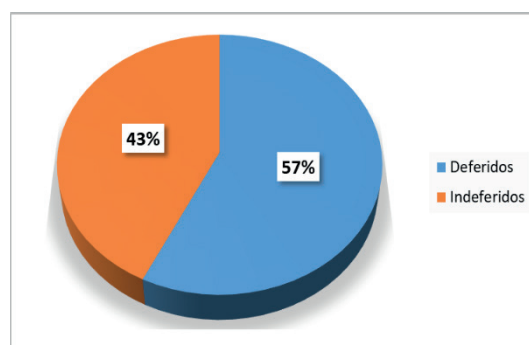


Gráfico 3: Percentual de Discentes deferidos e indeferidos para o Kit PcD.  
Fonte: SIGAEST/UFPA, 2018.

Na Tabela 1, verifica-se que em relação ao Auxílio PcD, no ano de 2014 dos 31 discentes que solicitaram esse tipo de auxílio 14 deles foram deferidos, ou seja, receberam o auxílio. Vale destacar que apenas dois discentes tiveram seus processos indeferidos e 11 apresentaram pendência de documentos. Já no ano de 2018, dos 88 inscritos, 61 conseguiram o auxílio. Nesse ano, 15 discentes tiveram seus processos indeferidos, mas nenhum apresentou pendência documental.

ANO	INSCRITOS	HOMOLOGADOS	DEFERIDOS	INDEFERIDOS	PENDÊNCIA DOCUMENTAL
2014	31	27	14	2	11
2015	24	23	23	0	0
2016	57	48	26	16	6
2017	42	39	31	8	0
2018	88	76	61	15	0

Tabela 1: Situação das solicitações e atendimentos aos discentes para o Auxílio PcD nos anos de 2014 a 2018.

Fonte: SIGAEST/UFPA, 2018.

ANO	INSCRITOS	HOMOLOGADOS	DEFERIDOS	INDEFERIDOS	PENDÊNCIA DOCUMENTAL
2016	5	4	2	0	2
2017	19	15	11	4	0
2018	33	28	14	11	3

Tabela 2: Situação das solicitações e atendimentos aos discentes para o Kit PcD nos anos de 2016 a 2018.

Fonte: SIGAEST/UFPA, 2018.

No que se refere ao Kit PcD, a partir da Tabela 2 verifica-se que no ano de 2016, quando o auxílio iniciou, apenas 5 discentes se inscreveram, 2 deles receberam o kit. O número de inscritos aumentou, no ano de 2018 chegou a 33. Desses, 14 foram atendidos e 3 não foram atendidos por apresentarem pendência de documentos.

## 5 | METODOLOGIA

O trabalho teve como local de pesquisa a Superintendência de Assistência Estudantil – SAEst/UFPA, a Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAE e a Coordenadoria de Acessibilidade – CoAcess, a coleta de material foi realizada através de pesquisas bibliográficas, com levantamento de dados em registros disponíveis na UFPA, Sistema Gerencial de Assistência Estudantil- SIGAEst e o Centro de Processos Seletivos – CEPS/UFPA, Intranet, livros, artigos e internet.

### A pesquisa bibliográfica:

É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Seus textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

### A pesquisa foi também Quantitativa sobre a qual Severino (2007) diz que:

[...] E esse conhecimento dos fenômenos, por sua vez, limitava-se á expressão de uma relação funcional de causa e efeito que só podia ser medida como uma função matemática. Por isso toda lei científica revestia-se de uma formulação matemática, exprimindo uma relação quantitativa. (SEVERINO, 2007.p.118).

Sobre esta pesquisa a análise foi realizada através dos números fornecidos através do SIGAEst e do CEPS com as pessoas que ingressaram na Universidade nos cursos de graduação entre os anos de 2011 à 2018; e encontram-se em situação de carência financeira, os discentes que ingressaram na UFPA através das cotas para PcD, os quais solicitaram os auxílios da UFPA desde o início do programa que data 2014 para o auxílio Especial PcD e 2016 para o Kit PcD, ambos até 2018, os que foram deferidos, os

indeferidos e os que ficaram em pendência documental.

Como a referente pesquisa trata da acessibilidade, da inclusão social de discentes PcD em situação de vulnerabilidade socioeconômica dentro de uma universidade, foram registrados os estudos, dados coletados, as Leis, Decretos e Resoluções as quais normatizam as ações tanto da instituição quanto dos profissionais que realizam o trabalho com este público, considerando os seus direitos estabelecidos e direcionados a este público, na perspectiva da garantia de direitos, pois com a promoção de um espaço seguro, é possível promover um convívio social adequado independente do grau de deficiência do indivíduo.

## **6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelo trabalho apresentado evidencia-se que a Universidade Federal do Pará tem realizado esforços conjuntos, com o objetivo de atendimento diferenciado e qualitativo aos discentes PcD, notadamente, como prioridade em receber o público de forma respeitosa e adequada as suas necessidades, porque tem utilizado e disponibilizado de equipe multiprofissional para a realização do trabalho direcionado a eles, na perspectiva da garantia de direitos, sabemos que o compromisso da equipe é atender este aluno desde o seu ingresso na UFPa até a sua formatura.

Os dados revelam que a UFPa tem se preocupado com este segmento social, na questão da acessibilidade aos cursos, reconhecendo que eles são cidadãos de direitos, pois tem disponibilizado de vagas nos cursos de graduação com o objetivo de atendê-los e garantir seus acessos e a sua formação acadêmica. Porém ainda há muito a ser feito.

Observo que os cursos destinados aos PcDs na UFPa iniciaram no ano de 2011 com poucas vagas e poucas inscrições, no decorrer dos anos houve aumento de números de vagas assim como o aumento de discentes inscritos, no ano de 2018 houve aumento significativo tanto no quantitativo de vagas ofertadas quanto no número de inscritos, ainda existe deficiência no número de aprovados, pois os números de vagas ofertadas não têm sido preenchidas, permanecendo algumas vagas ociosas.

Ressalto que são muitas barreiras a serem superadas por eles para a realização do ingresso, permanência e a conclusão do curso, as quais vão desde a situação de vulnerabilidade socioeconômica, o seu deslocamento em todos os ambientes até a sala de aula onde ocorrem algumas situações de exclusão social da PcD.

A todos, deve-se cumprir a lei em seus ambientes onde quer que estejam inseridos com diretriz única na Política Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, voltada para a Educação e na Informação Pública com o apoio do Governo e das políticas transversais de inclusão social em todas as Universidades e em todo o Brasil.

Sobre a Acessibilidade de modo geral em relação aos prédios e a construção de

rampas e sinalizações, apesar das várias leis, Decretos, Resoluções e divulgação das necessidades das PcD ainda é evidenciada pouca importância a esta parte da sociedade brasileira que vive as margens e dificuldades de manter os seus direitos básicos garantidos na constituição.

## REFERÊNCIAS

**AMARAL**, Regiane da Silva; **NASCIMENTO**, Sara Diniz. **Diagnóstico Situacional da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico**. In: *Anais*. Maceió: IFAL, 2010. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.paper/view/336> >Acesso em 10/01/2019.

**ANGELIM**, Isabel Cristina Sampaio. **Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública: desafios para construção de uma concepção de direito de cidadania**. In: *Anais...Seminário Políticas Sociais e Cidadania*, Salvador: UCSAL, 2010. Disponível em: <<http://www.interativadesignba.com.br>. Acesso em 10 jan. 2019.

**BRASIL. Constituição Federal de 1988**. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 15/04/2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto 3.298/99** - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acesso em 15/04/2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Acesso em 17/04/2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Acesso em 15/04/2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 7.234**, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 02/01/2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 7.611**, de 11 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: MEC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 03/01/2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Acesso em 16/04/2019.

**FERREIRA, H. S. Educação Inclusiva: Uma ideia em construção**. UFES. 2010. <http://www.facevv.edu.br/Revista/04/EDUCACAOINCLUSIVAUMAIDEIAEMCONSTRUCAO/heloisasouza.pdf>. Acesso em 15/04/2019.

**GONÇALVES, A.M. Núcleo de Acessibilidade no Ensino Superior: práticas inclusivas com alunos com deficiência e transtornos funcionais específicos**. Ed: CRV, Curitiba, 2017.

**STRIEDER**, Roque; **MENDES**, Rosângela; **ZIMMERMANN**, Rose Laura Gross. **Nas dobras e endobras da educação inclusiva: da igualdade para convivência com os diferentes**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2013.

**VARGAS**, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. Dissertação (Mestrado em Educação)— Universidade Federal de Minas

Gerais, Belo Horizonte, 2008. Acesso em 04/01/2019.

**VARGAS, R.V. Os desafios de Incluir sem Excluir.** 2013. <http://www.revistaoprofessor.com.br/wordpress/?p=232>. Acesso em 20/01/2019.

**VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** *Revistada Católica*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.catolicaonline.com.br>. Acesso em: 15/01/2019.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm) , 6 de jul de 2015 - Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**), Lei 13.146, de · Decreto nº 6949 · Lei Complementar nº 142 · Lei nº 8.989, de 24, acesso em 17/04/2019.

<http://www.saest.ufpa.br/documentos/relatório/rel.2017.pdf>. Acesso em 04/01/2019.

<http://www.sigaest.ufpa.br/sigaest/inicial.php>. Acesso em 22 de abril de 2019.

[https://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44575/4/9788564047020\\_por.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44575/4/9788564047020_por.pdf), **Relatório Mundial sobre a Deficiência** / World Health Organization, The World Bank ..... regionais da **OMS**. Acesso em 17/04/2019.

<https://dicionariodireito.com.br/instrucao-normativa> – Acesso em 19 de abril de 2019.

[www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971). Acesso em 15/04/2019.



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA** - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: políticas sociais, políticas públicas, direitos sociais, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acolhimento 95, 96, 97, 142, 147, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Apoio 6, 16, 21, 26, 28, 59, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 94, 111, 114, 119, 120, 122, 141, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 167, 168, 182, 183, 188, 191

Assistência Estudantil 72, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Assistente Social 2, 7, 9, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 36, 37, 46, 56, 62, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 103, 104, 109, 114, 123, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 171, 178, 179, 184, 191

Autocracia Burguesa 47, 48, 49, 50, 52, 53

### C

Capital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 27, 33, 45, 48, 49, 50, 51, 56, 88, 103, 111, 112, 113, 115, 121, 123, 127, 128, 129, 132, 138, 141, 165

Capitalismo 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 18, 21, 27, 48, 49, 92, 104, 111, 133

Capitalista 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 24, 25, 34, 48, 49, 53, 66, 69, 76, 104, 105, 112, 131, 132, 141, 155, 159, 172

Conservadorismo 8, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 36, 40, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 81, 88, 115, 116, 149

Cultura 17, 28, 44, 46, 63, 64, 66, 93, 94, 95, 100, 103, 119, 120, 124, 138, 148, 153, 160, 182

### D

Deficiência 30, 83, 119, 154, 158, 161, 162, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 188, 189, 190

Diário de Campo 80, 87, 88

Dimensão 8, 10, 17, 26, 36, 37, 39, 42, 45, 59, 60, 66, 80, 84, 87, 91, 101, 107, 120, 128, 151, 159, 162, 171

Dimensões 3, 8, 10, 53, 80, 81, 83, 84, 86, 134, 135, 142, 148, 149, 159, 160, 174

Direito 26, 32, 35, 46, 63, 95, 110, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 137, 146, 154, 158, 172, 173, 177, 179, 180, 181, 189

Direitos 4, 6, 8, 9, 10, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 65, 77, 78, 79, 88, 89, 93, 115, 119, 121, 126, 128, 129, 134, 138, 146, 148, 150, 154, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 191

## E

Educação 5, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 42, 72, 73, 78, 79, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 137, 138, 145, 153, 158, 162, 165, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 189, 190

ENESSO 19, 43, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116

Ensino 23, 31, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 85, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 129, 136, 156, 158, 165, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 189

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 43, 48, 49, 50, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 75, 76, 79, 88, 91, 95, 99, 113, 119, 121, 133, 135, 136, 138, 141, 142, 149, 158, 165, 166

Estágio 3, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Estudantil 72, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Ética 9, 18, 20, 22, 35, 43, 44, 46, 48, 55, 56, 57, 78, 82, 84, 91, 92, 110, 114, 144, 148, 151, 165

Ético-Política 18, 19, 36, 37, 45, 69, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 105, 109, 113, 114, 148, 159

## F

Família 15, 95, 147, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 176

Formação 2, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 28, 32, 36, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 128, 129, 131, 133, 137, 138, 139, 149, 151, 156, 173, 178, 182, 188

## G

Gramsci 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79

Gramsciana 61, 62, 64, 66

Grupo 7, 23, 38, 41, 42, 54, 74, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 107, 108, 126, 134, 136, 143, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 176, 177, 178

## H

História 3, 10, 11, 16, 23, 26, 27, 46, 63, 67, 79, 96, 99, 106, 108, 122, 127, 131, 133, 136, 137, 150, 159, 160, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 190

## I

Instrumentalidade 57, 81, 88, 103, 106, 107, 108, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 158, 162

## M

MESS 109, 110, 113, 114

Movimento 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 18, 26, 31, 32, 39, 40, 44, 45, 46, 56, 62, 63, 64, 81, 85, 88, 105, 109, 110, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 128, 134, 142, 160, 162, 173, 174

## N

Narrativa 171, 173, 174, 175, 176, 178

Neonatal 164, 165, 166, 167, 169, 170

## O

Óbito 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

## P

PCD 171, 172

Pesquisa 1, 2, 19, 23, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 69, 73, 74, 76, 79, 84, 92, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 118, 120, 123, 124, 126, 131, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 156, 160, 161, 170, 172, 175, 178, 180, 182, 187, 188, 191

Pnaes 119, 120, 122, 128, 129, 184, 189

Política Pública 128, 154, 158, 179

Política Social 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 36, 46, 50, 66, 80, 89, 97, 129, 142, 150, 162, 191

Políticas Públicas 16, 30, 34, 96, 102, 113, 128, 129, 142, 146, 154, 165, 169, 172, 173, 191

População 4, 5, 15, 17, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 59, 61, 62, 87, 94, 95, 99, 115, 120, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 160, 172, 180

Profissão 1, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 74, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 93, 95, 103, 104, 107, 114, 116, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 159, 160, 162, 167, 172

Profissional 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 134, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 191

Projeto Ético Político 12, 18, 21, 22, 55, 97, 166

## Q

Questão Social 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 20, 22, 35, 50, 51, 61, 66, 67, 78, 90, 92, 93, 95, 104, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 141, 142, 144, 159, 160, 162, 172

## R

Religiosa 36, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 105

Renovação 17, 22, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 65, 68, 69

## S

Saúde 5, 11, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 46, 66, 72, 80, 88, 92, 93, 96, 97, 108, 119, 120, 124, 130, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 174, 177, 180, 191

Serviço Social 12, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 129, 130, 132, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 191

SUS 31, 141, 142, 144, 148, 150, 151, 165, 166

## T

Trabalho 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 111, 116, 120, 122, 123, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 187, 188, 189

## U

UPA 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

# Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**

# Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](#) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020